UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

VILMA DA GRAÇA FERNANDO VERISSIMO

DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO, INFORMALIDADE E GÊNERO: A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DA CIDADE DA BEIRA, MOÇAMBIQUE (2015-2026)

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2026

VILMA DA GRAÇA FERNANDO VERISSIMO

DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO, INFORMALIDADE E GÊNERO: A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DA CIDADE DA BEIRA, MOÇAMBIQUE (2015-2026)

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês, como parte dos requisitos necessários para aquisição do título de Bacharel.

Orientador: Prof.ª Dr.ª Mariana da Costa Aguiar Petroni.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

VILMA DA GRAÇA FERNANDO VERISSIMO

DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO, INFORMALIDADE E GÊNERO: A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DA CIDADE DA BEIRA, MOÇAMBIQUE (2015-2026)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês, como parte dos requisitos necessários para aquisição do título de Bacharel.

Data de aprovação: 09/07/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Mariana da Costa Aguiar Petroni (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.ª Dr.ª Carla Benítez Martins
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.ª Dr.ª Juliana Dourado Bueno
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 5
2 OBJETIVOS..... 7
2.1 OBJETIVO GERAL..... 7
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... 7
3 JUSTIFICATIVA..... 7
4 PROBLEMA DE PESQUISA..... 8
5 REFERENCIAL TEÓRICO..... 10
5.1 GÊNERO..... 10
5.1.1 Divisão social e sexual do trabalho..... 12
6 METODOLOGIA..... 18
6.1 ÁREA DE ESTUDO..... 18
6.2 ABORDAGEM DA PESQUISA..... 18
6.3 TIPO DE PESQUISA..... 19
6.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA..... 19
6.5 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS..... 20
6.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS..... 21
6.7 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS..... 21
7 CRONOGRAMA..... 22
REFERÊNCIAS..... 23

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da divisão entre trabalho formal e informal e seus impactos sobre as mulheres na cidade da Beira. As transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas têm sido marcadas pela intensificação da globalização, pela reestruturação produtiva, pelo avanço tecnológico e pela flexibilização das relações laborais. Esses processos alteraram profundamente a organização da produção e a divisão social do trabalho, ampliando a heterogeneidade dos mercados de trabalho e favorecendo a expansão de formas de emprego caracterizadas pela informalidade, sobretudo nos países em desenvolvimento. Embora a participação feminina na economia tenha aumentado significativamente nas últimas décadas, persistem desigualdades estruturais relacionadas ao acesso ao emprego, à remuneração, às condições de trabalho e às oportunidades de progressão profissional, evidenciando que a divisão social do trabalho continua fortemente marcada por relações de gênero (OIT, 2023; ONU, 2024).

A divisão social do trabalho constitui um dos principais elementos para compreender a organização das atividades econômicas e a distribuição diferenciada das funções produtivas entre homens e mulheres. Historicamente, essa divisão foi construída a partir de relações sociais que atribuíram às mulheres responsabilidades predominantemente ligadas ao trabalho doméstico e aos cuidados familiares, enquanto os homens ocuparam, de forma majoritária, os espaços de produção remunerada e de maior prestígio social. Tal configuração consolidou desigualdades que permanecem presentes mesmo diante dos avanços alcançados pelas mulheres em matéria de escolarização, participação política e inserção no mercado de trabalho (Hirata; Kergoat, 2007; Kergoat, 2009).

Nesse contexto, a informalidade tornou-se uma das principais características dos mercados de trabalho dos países africanos e latino-americanos. O trabalho informal compreende atividades econômicas desenvolvidas sem proteção social, sem contratos formais de trabalho e, muitas vezes, sem acesso aos direitos trabalhistas previstos na legislação. Embora represente importante fonte de renda e sobrevivência para milhões de pessoas, a informalidade está frequentemente associada à precarização das condições laborais, à instabilidade dos rendimentos, à ausência de segurança social e à limitação das oportunidades de desenvolvimento profissional. As mulheres são particularmente afetadas por esse cenário devido à persistência da discriminação de gênero, da dupla jornada de trabalho e das dificuldades de acesso aos empregos formais.

Em Moçambique, a estrutura do mercado de trabalho caracteriza-se por elevados níveis de informalidade. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a maior parte da população economicamente ativa encontra-se empregada em atividades informais, situação que afeta especialmente as mulheres, cuja participação concentra-se em pequenos negócios, comércio ambulante, agricultura familiar, prestação de serviços e trabalho doméstico. Apesar dos avanços registados na promoção da igualdade de gênero e na ampliação da participação feminina na economia, persistem barreiras estruturais relacionadas ao acesso ao emprego formal, aos direitos laborais, ao crédito, à formação profissional e à proteção social, fatores que contribuem para a reprodução das desigualdades econômicas e sociais (INE, 2023; Betone, 2020). Essa realidade é resultado de um processo histórico que remonta ao período colonial, durante o qual as mulheres foram inseridas de forma desigual nas relações de produção e permaneceram restritas, em grande medida, às atividades de reprodução social e aos trabalhos considerados de menor valorização econômica. Mesmo após a independência de Moçambique, em 1975, as transformações políticas e econômicas ocorridas no país não eliminaram completamente essas desigualdades, sendo possível observar a permanência de padrões de segregação ocupacional e de concentração feminina no setor informal da economia (Betone, 2020).

A cidade da Beira destaca-se como um importante espaço para compreender essa dinâmica. Localizada na província de Sofala, constitui o segundo maior centro urbano de Moçambique e desempenha papel estratégico na economia nacional devido ao funcionamento do Porto da Beira, ao Corredor da Beira e à concentração de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços. Essas características fazem da cidade um dos principais polos de geração de emprego e renda do país. Entretanto, paralelamente à expansão das atividades formais, verifica-se uma expressiva presença do setor informal, responsável pela absorção de uma parcela significativa da população economicamente ativa, especialmente das mulheres (INE, 2023; Bischler *et al.*, 2023). Nos mercados urbanos da cidade da Beira, particularmente nos mercados do Goto, Maquinino e Mercado grossista o Ceramica, observa-se elevada participação feminina em atividades comerciais informais. Esses espaços constituem importantes centros de abastecimento e geração de renda para milhares de famílias, funcionando simultaneamente como locais de reprodução econômica e social. Apesar de sua relevância, as mulheres que atuam nesses mercados enfrentam desafios relacionados à precariedade das condições de trabalho, ausência de contratos formais, instabilidade dos rendimentos, reduzido acesso ao crédito, limitada proteção social e dificuldades de inserção em

ocupações formais, fatores que ampliam sua vulnerabilidade socioeconômica (Bischler *et al.*, 2023; Dzeco; Buque, 2026).

Embora existam estudos que abordem a participação das mulheres no mercado de trabalho moçambicano, verifica-se ainda uma limitada produção científica voltada especificamente para a compreensão da relação entre divisão social do trabalho, informalidade e gênero no contexto da cidade da Beira. A maior parte das pesquisas concentra-se em análises nacionais ou regionais, não explorando de forma aprofundada as especificidades do mercado de trabalho beirense e as diferentes formas pelas quais a divisão entre trabalho formal e informal influencia a inserção das mulheres e a reprodução das desigualdades de gênero (Bischler *et al.*, 2023; Dzeco; Buque, 2026).

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender de que forma a divisão entre trabalho formal e informal influencia as oportunidades de inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho da cidade da Beira.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os principais setores de ocupação feminina na cidade da Beira;
- Analisar os fatores que dificultam o acesso das mulheres ao trabalho formal;
- Examinar as condições de trabalho das mulheres inseridas no setor informal;
- Investigar as relações entre inserção laboral e autonomia econômica feminina.

3 JUSTIFICATIVA

Em Moçambique, a inserção feminina no mercado de trabalho continua marcada pela predominância no setor informal. Estimativas apontam que mais de 70% das mulheres economicamente ativas estão ocupadas em atividades informais, sobretudo comércio e serviços

de baixa remuneração (Bischler *et al*., 2022). Além disso, persistem diferenças salariais significativas: mulheres recebem, em média, cerca de 20% menos que homens em ocupações equivalentes (Dzeco; Buque, 2026). Na província de Sofala e na cidade da Beira, indicadores de desemprego feminino reforçam a necessidade de compreender quais fatores dificultam a inserção das mulheres no mercado formal, como as relações de gênero influenciam as oportunidades de trabalho e em que medida a divisão sexual do trabalho afeta as trajetórias profissionais femininas. A relevância social da pesquisa reside em demonstrar que a precarização ocupacional feminina compromete a autonomia econômica e a participação cidadã.

A literatura sobre gênero e trabalho em Moçambique tem avançado em análises sobre desigualdade salarial e divisão sexual do trabalho, mas ainda carece de estudos que articulem essas dimensões com contextos urbanos específicos. Pesquisas como a de Bischler *et al*. (2022) exploram disparidades de gênero entre jovens urbanos, enquanto Dzeco e Buque (2026) analisam intersecções entre educação, trabalho e relações de gênero. Contudo, há lacunas importantes: a maioria dos estudos concentra-se em Maputo ou em análises nacionais, deixando pouco explorada a realidade de cidades médias. A presente investigação pretende contribuir para os debates acadêmicos ao examinar a interseção entre gênero, informalidade e mercado de trabalho na Beira, ampliando o conhecimento sobre os mecanismos que produzem desigualdade de gênero em contextos locais.

A cidade da Beira, segundo maior centro urbano de Moçambique, possui relevância estratégica para a economia nacional e apresenta indicadores sociais que evidenciam desafios específicos para a população feminina. A elevada participação das mulheres em atividades informais e as dificuldades de acesso ao emprego formal sugerem que a realidade local merece uma investigação aprofundada. Estudos anteriores concentram-se em Maputo (Mapelane, 2025), mas pouco se sabe sobre como as dinâmicas de gênero se articulam com o contexto socioeconômico da Beira. Assim, esta pesquisa busca preencher essa lacuna, oferecendo subsídios para compreender a singularidade da cidade e contribuir para o avanço científico sobre gênero e trabalho em Moçambique.

4 PROBLEMA DE PESQUISA

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho moçambicano não tem sido acompanhada pela redução das desigualdades estruturais que caracterizam as relações

laborais. Embora as políticas públicas de promoção da igualdade de gênero tenham ampliado o acesso feminino à educação e à atividade económica, grande parte das mulheres continua inserida em ocupações informais, caracterizadas por baixos rendimentos, ausência de proteção social, instabilidade laboral e reduzidas possibilidades de mobilidade profissional (OIT, 2023; Instituto NE, 2023).

Na cidade da Beira, essa realidade manifesta-se de forma particularmente evidente devido à importância do setor informal na economia urbana. Os mercados, o comércio ambulante e os pequenos negócios absorvem significativa parcela da força de trabalho feminina, revelando que a informalidade constitui não apenas uma estratégia de sobrevivência, mas também um reflexo das desigualdades produzidas pela divisão social e sexual do trabalho. Entretanto, permanece pouco compreendido como fatores como escolaridade, responsabilidades familiares, normas socioculturais, acesso ao crédito, qualificação profissional e oportunidades de emprego formal influenciam os percursos ocupacionais das mulheres e condicionam a sua autonomia económica (Hirata; Kergoat, 2007; Betone, 2020). Além disso, verifica-se uma insuficiência de estudos empíricos que analisem, no contexto específico da cidade da Beira, de que forma a coexistência entre os setores formal e informal reproduz desigualdades de gênero e limita o acesso das mulheres ao trabalho digno, à proteção social e à melhoria das suas condições de vida. Essa lacuna científica dificulta a formulação de políticas públicas e estratégias institucionais orientadas para a promoção da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

Diante desse contexto, emerge a necessidade de compreender como a divisão social do trabalho influencia as trajetórias ocupacionais femininas, os mecanismos de exclusão do emprego formal e os fatores que perpetuam a elevada concentração das mulheres no setor informal da economia beirense. Diante disto surge a seguinte questoa de partida: *Como a divisão entre trabalho formal e informal, entre 2015 e 2025, afeta a inserção e a autonomia econômica das mulheres trabalhadoras de comércio e serviços nos bairros periféricos da cidade da Beira?*

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 GÊNERO

O conceito de gênero, conforme Adriana Piscitelli (2009), foi elaborado para desmontar a naturalização das desigualdades, mostrando que elas são construções sociais e não fatos biológicos. Conforme Piscitelli (2009, p. 2), "quando as distribuições diferenciadas de poder entre homens e mulheres são vistas como resultado das diferenças, tidas como naturais, que se atribuem a uns e outras, essas desigualdades também são 'naturalizadas'". Como enfatiza Mapelane, género "é um instrumento aplicado para a atribuição de um sentido ao tipo de relações de poder estabelecidas nas relações sociais" (2025, p. 63). Essa naturalização das desigualdades é central para entender por que as mulheres, mesmo quando presentes em diversos setores produtivos, permanecem em posições subordinadas. Ainda, para Piscitelli:

> O termo gênero, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças. Na linguagem do dia a dia e também das ciências a palavra sexo remete a essas distinções inatas, biológicas. Por esse motivo, as autoras feministas utilizaram o termo gênero para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre idéias sobre feminilidade e masculinidade (Piscitelli, 2009, p. 2).

No caso moçambicano, a informalidade amplia esse quadro, pois a ausência de regulamentação reforça práticas discriminatórias e limita o acesso das mulheres a direitos trabalhistas. A perspectiva feminista, ao introduzir o conceito de gênero, buscou desmontar essa naturalização, como afirma Beauvoir (1967, p. 9), "ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto". Essa colocação sintetiza a ideia de que a condição feminina é socialmente construída, e não biologicamente determinada. Ao relacionar essa ideia reflexiva com a realidade da Beira, percebe-se que a inserção das mulheres no mercado informal não decorre de uma suposta incapacidade natural, mas de processos históricos e culturais que as situam em atividades de menor prestígio e remuneração. A divisão sexual do trabalho, nesse sentido, é um mecanismo que legitima desigualdades e perpetua a exclusão.

A professora Piscitelli oferece uma base sólida para compreender como as desigualdades de gênero se articulam com a estrutura social e econômica. Pois destaca que a

naturalização das desigualdades legitima a permanência das mulheres em posições de menor prestígio no mercado de trabalho brasileiro, o que não se distância da realidade moçambicana.

Ao discutir a construção social do gênero, a autora enfatiza que tais diferenças não são biológicas, mas sim culturalmente produzidas e reproduzidas. Essa perspectiva permite compreender que a inserção das mulheres na informalidade em Beira não decorre de uma incapacidade natural, mas de processos históricos que as situam em atividades de menor reconhecimento. A informalidade, nesse sentido, funciona como um espaço onde se reforçam práticas discriminatórias, limitando o acesso das mulheres a direitos e oportunidades.

Ela também aponta que a divisão sexual do trabalho é um mecanismo que organiza e hierarquiza as funções sociais, atribuindo às mulheres tarefas consideradas secundárias ou complementares. Essa lógica não se desloca no contexto da Beira, onde muitas mulheres se concentram em ocupações informais como comércio ambulante e serviços domésticos. Embora essas atividades sejam essenciais para a sobrevivência econômica, elas permanecem invisibilizadas e desvalorizadas, perpetuando a precariedade da condição feminina (Batone, 2020, Dzeco; Buque, 2026).

Outro aspecto relevante destacado pela professora é a relação entre gênero e poder. Ela observa que as diferenças de gênero são construídas em contextos específicos e articuladas a outras formas de desigualdade. E que:

> A mulher é construída socialmente. Isto é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído, ao não ser natural, inato, fixo, pode ser modificado. Portanto, alterando-se as maneiras como as mulheres são percebidas, seria possível mudar o espaço social por elas ocupado. Por esse motivo, o pensamento feminista da segunda onda colocou reivindicações voltadas para a igualdade no exercício dos direitos, questionando, ao mesmo tempo, as raízes culturais destas desigualdades (Piscitelli, 2009, p. 11).

No caso moçambicano, a fragilidade das políticas públicas e a persistência de tradições patriarcais intensificam a exclusão das mulheres, restringindo suas possibilidades de ascensão social e econômica. Desse modo, a articulação entre gênero e informalidade aponta que as desigualdades não são apenas individuais, mas estruturais. Ainda, o conceito de gênero:

> Requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixam classificar de maneira linear como homens ou mulheres (Piscitelli, 2009, p. 21).

Assim, Piscitelli ressalta que o conceito de gênero abre espaço para questionar e transformar essas desigualdades. Ao reconhecer que tais diferenças são construídas socialmente, torna-se possível pensar em políticas e práticas que promovam maior equidade. Apesar das barreiras impostas pela informalidade no país, muitas mulheres têm buscado alternativas de organização e resistência (Mapelene, 2025; Bischler *et al*., 2023). Por fim, a escrita da professora Piscitelli permite compreender a complexidade da inserção feminina no mercado de trabalho e aponta caminhos para enfrentar as desigualdades estruturais.

5.1.1 Divisão social e sexual do trabalho

Kergoat (2003, p. 55-56) afirma que a divisão sexual do trabalho "é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo", marcada por dois princípios: "o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem 'vale' mais do que um trabalho de mulher)".

Nesse ínterim, a divisão social do trabalho, quando analisada sob a ótica de gênero, revela como as mulheres foram historicamente relegadas a funções específicas, muitas vezes associadas ao espaço doméstico e à reprodução social. A socióloga, afirma que, a divisão sexual do trabalho "caracteriza-se pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva assim como, ao mesmo tempo, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)" (Kergoat, 2002, p. 50), reforçando hierarquias e desigualdades. Ademais, "as qualificações exercidas pelas mulheres são raramente reconhecidas enquanto tais. [...], o valor atribuído ao trabalho de uma mulher é sempre inferior àquele atribuído ao trabalho de um homem" (Kergoat, 2002, p. 52). Essa noção reflexiva se reproduz no mercado de trabalho urbano em Moçambique, especialmente na cidade da Beira, onde a inserção feminina ocorre majoritariamente em setores informais vistas sob ponto de vista social como inferiores e de baixa remuneração.

A informalidade, por sua vez, constitui um traço marcante da economia moçambicana, segundo Mapelane (2025), a precarização das condições de trabalho e a ausência de proteção social ampliam a vulnerabilidade das mulheres, que se concentram em atividades como comércio ambulante e serviços domésticos. Em outras palavras, a informalidade não apenas limita o acesso a direitos trabalhistas, mas também reforça desigualdades de gênero, já que as mulheres são as principais ocupantes desses espaços. No país, a informalidade é o espaço onde se materializa a exclusão das mulheres do mercado formal, como destaca a autora sobre a situação da mulher moçambicana:

> Persiste a exclusão da mulher no mercado do trabalho, a média de salários das mulheres é inferior à dos homens, ainda é insuficiente a participação da mulher nos órgãos de decisão e o seu acesso à educação, fazendo com que a pobreza afecte mais à mulher (Mapelane, 2025, p. 45).

No contexto urbano da Beira, a participação feminina no mercado de trabalho é marcada por uma dupla jornada: além das atividades remuneradas, as mulheres continuam responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado familiar. Essa sobrecarga é apontada por Kergoat (2003; 2002), ao ressaltar que a conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo é uma das principais fontes de desigualdade entre os sexos. Assim, entendemos que a inserção das mulheres no mercado de trabalho não pode ser compreendida sem considerar a persistência da divisão sexual do trabalho.

Estudos recentes sobre juventude e gênero em Moçambique reforçam essa perspectiva, mostra disparidades de gênero no emprego urbano destaca que as jovens mulheres enfrentam maiores barreiras de acesso ao trabalho formal, em comparação aos homens, devido a fatores culturais e estruturais (Bischler *et al*., 2023). O estudo destaca que, mesmo quando possuem escolaridade equivalente, as mulheres são direcionadas para ocupações menos valorizadas, perpetuando desigualdades salariais e de status.

Destarte, a inserção das mulheres no mercado de trabalho da Beira pode ser entendida como resultado da intersecção entre divisão social do trabalho, informalidade e desigualdade de gênero. A permanência das mulheres em atividades informais, de baixa remuneração e sem garantias legais, reflete tanto a herança histórica da divisão sexual do trabalho quanto a estrutura econômica do país (Dzeco; Buque, 2026; Batone, 2020). Como sintetiza Kergoat (2002) a divisão sexual do trabalho não é apenas uma questão de distribuição de tarefas, mas um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais. Nesse sentido, este debate inicial evidencia que a luta pela igualdade de gênero no mercado de trabalho moçambicano passa necessariamente pela valorização das atividades femininas e pela ampliação das políticas públicas de proteção social.

O professor moçambicano Batone (2020), destaca que a estrutura ocupacional moçambicana é marcada por desigualdades históricas, nas quais o trabalho feminino se concentra em setores de menor valorização econômica. Essa configuração revela que a divisão social do trabalho não é apenas técnica, que é um fenômeno atravessado por relações de poder e gênero, que delimitam os espaços de atuação das mulheres.

Em seu trabalho, a informalidade aparece como característica central do mercado de trabalho urbano em Moçambique, segundo ele, a economia informal constitui a principal

alternativa de sobrevivência para grande parte da população, especialmente para as mulheres. Essa inserção, embora garanta renda mínima, é marcada pela ausência de direitos trabalhistas e pela instabilidade, reforçando a precarização. Em suas palavras, Batone, ao se referir a situação da mulher no continente africano, diz: “mais de 80% dos trabalhadores africanos mantêm empregos informais e a maioria dos funcionários informais são mulheres e jovens. No entanto, 85% das mulheres na África Subsaariana trabalham em empregos mal remunerados ou subvalorizados” (Batone, 2020, p. 1).

No que se refere ao contexto moçambicano, sobretudo a questão de gênero, para o autor:

> No que concerne ao gênero, empregabilidade e mercado de trabalho em Moçambique. [..], mais de 95% das mulheres estão envolvidas em trabalho não qualificado (agricultura), poucas se envolvem em agricultura comercial, o que gera mais rendimentos e no norte do país, elas permanecem na agricultura de subsistência devido a restrições religiosas e culturais (Batone, 2020, p. 1).

Desse modo, o mercado de trabalho continua a mostrar cenários críticos nos últimos anos, o que demonstra a persistência da vulnerabilidade social, muito mais para as mulheres. O que Batone (2020) nos traz como dado sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho no país, nesse caso, a participação feminina na economia informal da Beira reflete uma tendência nacional. Batone (2020) aponta que as mulheres se concentram em atividades como comércio ambulante, agricultura de subsistência e serviços domésticos, setores que, embora fundamentais para a reprodução social, permanecem invisibilizados nas estatísticas oficiais. Essa realidade da inserção da mulher moçambicana no mercado de trabalho, nos elucida que a informalidade não é apenas uma estratégia econômica, mas também um espaço de reprodução das desigualdades de gênero.

Além da dimensão econômica, Batone (2020) ressalta que fatores culturais e sociais reforçam a divisão sexual do trabalho. A naturalização de papéis femininos vinculados ao cuidado e à subsistência limita a participação das mulheres em setores de maior prestígio e rendimento. Nesse sentido, o gênero atua como categoria analítica que explica a persistência da desigualdade e a reprodução de papéis sociais, evidenciando que a exclusão feminina não é apenas econômica, mas também simbólica.

Por fim, a análise da inserção das mulheres no mercado de trabalho da Beira revela que, apesar de avanços pontuais, a informalidade continua sendo o espaço predominante de atuação feminina. Pois “grande parte do sector privado em Moçambique permanece informal. Aproximadamente 40% do PIB do país é atualmente produzido na economia informal e as pessoas que trabalham no sector informal não têm acesso à proteção” (Batone, 2020, p. 1-2). O

que enfatiza que o desemprego e a precarização ainda são desafios centrais, e exige políticas públicas voltadas para a equidade de gênero e para a valorização do trabalho feminino.

O estudo sobre jovens em Moçambique, realizado em duas grandes cidades Maputo e Beira, que citamos acima, evidencia que:

> Existe uma grande diferença de emprego entre homens e mulheres jovens, que está a aumentar ao longo do tempo. Enquanto as taxas de emprego quase não se alteraram para as mulheres participantes no inquérito (de cerca de 55% em 2017 para 57% em 2020, uma alteração que não é estatisticamente significativa), aumentaram significativamente para os homens jovens, de 68% em 2017 para 80% em 2020. O aumento da diferença bruta entre homens e mulheres ao longo do tempo é, por conseguinte, de 10 pontos percentuais (Bischler *et al*., 2023, p. 9).

Esse dado revela que, mesmo em contextos de expansão educacional e de urbanização, as mulheres continuam enfrentando barreiras estruturais que limitam sua inserção em ocupações de qualidade. A divisão sexual do trabalho, portanto, não se restringe ao espaço doméstico, mas se projeta diretamente na esfera produtiva.

A informalidade aparece como um dos principais mecanismos de absorção da força de trabalho feminina. Conforme os autores:

> As jovens trabalhadoras da nossa amostra têm menos probabilidades de ter um contrato formal ou um acordo verbal, o que evidencia que uma proporção maior de mulheres jovens do que de homens trabalha no sector informal e/ou exerce um trabalho irregular (Bischler *et al*., 2023, p. 11).

Não obstante, tal constatação reforça a ideia de que o mercado informal funciona como espaço de sobrevivência, mas também perpetua desigualdades, já que não garante direitos trabalhistas nem estabilidade. Em termos teóricos, a informalidade pode ser interpretada como extensão da precarização que acompanha a feminização do trabalho, como revelam os autores para o caso moçambicano.

Outro aspecto relevante é a relação entre educação e oportunidades. O estudo mostra que a escolaridade melhora as perspectivas de emprego para homens, mas não para mulheres, pois:

> [...] Espera-se que as mulheres jovens passem mais tempo no trabalho doméstico do que os homens, o que prejudica as suas perspectivas de emprego. Por outro lado, mesmo que alcancem níveis de educação semelhantes aos dos homens, não são recompensadas de forma semelhante aos homens por perspectivas de emprego positivas (Bischler *et al*., 2023, p. 31).

Essa evidência sugere que a educação, embora seja um fator de mobilidade social, não é suficiente para romper com as barreiras de gênero. A desigualdade se mantém porque as estruturas sociais e culturais continuam a reproduzir papéis tradicionais, limitando o impacto da escolarização sobre a inserção laboral feminina. Por outra, o peso do trabalho reprodutivo também é destacado como elemento que restringe a participação das mulheres. O estudo afirma que elas enfrentam um trade-off entre emprego e responsabilidades domésticas ou cuidado familiar, nas palavras dos autores:

> Incluímos o número de filhos vivos na nossa análise, uma vez que controla o compromisso entre emprego, decisões de fertilidade e trabalho de prestação de cuidados que os indivíduos enfrentam e que pode ser diferente para homens e mulheres devido a normas sociais relativas às responsabilidades de criação dos filhos (Bischler *et al*., 2023, p. 7).

Além disso, essa percepção dialoga com Dzeco e Buque (2026, p. 11) que a o "entendimento de que trabalhar para ser remunerado não faz parte das prioridades das raparigas e das mulheres porque elas consideram que o seu papel principal é cuidar da casa, do marido e dos filhos". Essa sobrecarga evidencia a persistência da divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres acumulam funções produtivas e reprodutivas. A literatura sobre gênero e relações sociais de sexo reforça que essa dupla jornada é um dos principais entraves para a igualdade no mercado de trabalho urbano (Piscitelli, 2009; Kergoat, 2003; 2002).

O estudo aponta que a participação em grupos de poupança comunitários está positivamente associada ao emprego feminino (Bischler *et al*., 2023). Esse achado no estudo infere que estratégias coletivas de organização e solidariedade podem mitigar parte das desigualdades estruturais. No entanto, a decomposição Oaxaca-Blinder demonstra que grande parte da diferença de 11 pontos percentuais no emprego é explicada por fatores não observados, como preferências ou discriminação. Portanto, a inserção das mulheres no mercado de trabalho da beirense pode ser analisada como resultado de múltiplas dimensões, desde divisão social e sexual do trabalho, informalidade, educação e normas sociais etc.

Dzeco e Buque (2026) escrevem que, a organização social do trabalho em Moçambique ainda reflete padrões históricos de desigualdade entre homens e mulheres, sobre o salário entre homens e mulheres, nos dizem o seguinte: "mesmo as mulheres que auferem algum salário, elas são injustiçadas porque de um modo geral, [...] atualmente, as mulheres ganham cerca de 20% menos do que os homens (Dzeco; Buque, 2026, p. 11). O que aponta de que a inserção feminina no mercado de trabalho está marcada por barreiras estruturais que se perpetuam ao longo do tempo, especialmente em contextos urbanos como na Beira. Mas, não só, uma que:

“as atividades que mais empregam as mulheres são a agricultura e vendas e serviços. Logo, as mulheres são mais empregadas na zona rural 81,7%, enquanto os homens na zona urbana 60% (Dzeco; Buque, 2026, p. 11).

Os autores destacam que, a maior parte das mulheres encontra ocupação em atividades informais, sem garantias de proteção social Dzeco e Buque (2026). Assim, para o contexto moçambicano, sobretudo o beirense, a precarização do trabalho feminino não é apenas uma questão de acesso, mas também de qualidade das ocupações disponíveis. Pois a informalidade reforça a vulnerabilidade das mulheres, limitando sua autonomia financeira e ampliando a dependência em relação às estruturas familiares (Dezeco; Buque, 2026; Mapelane, 2025; Bischler *et al*., 2023).

No que se refere às relações de gênero, Dzeco e Buque (2026) argumentam que a socialização das mulheres desde a infância, entre a escola e a casa, influencia diretamente sua inserção no mercado de trabalho. Para estes, as expectativas sociais sobre o papel feminino restringem as possibilidades de escolha profissional. Em debate com Piscitelli (2009), tal perspectiva dialoga com a noção de que o gênero não é apenas uma categoria biológica, mas uma construção social que molda oportunidades e trajetórias.

Segundo os autores, as mulheres jovens enfrentam maiores dificuldades de inserção laboral, sobretudo em setores formais (Dzeco; Buque, 2026). Isso demonstra que, mesmo com avanços educacionais, a transição para o mercado de trabalho continua marcada por barreiras de gênero. Portanto, “uma das causas do desemprego quer das mulheres assim como dos homens é o fato de a educação não munir os graduados de competências, dificultando a transição da escola para o mercado de trabalho. E, o maior impacto verifica-se nas mulheres” (Dzeco; Buque, 2026, p. 11).

Por fim, esta temática revela a necessidade de políticas voltadas para a equidade, como sintetizam Dzeco e Buque (2024):

> A capacitação de profissionais de diversos setores do Estado em materia de VBG pode contribuir para diminuir, senão erradicar todas e quaisquer formas de discriminação e de violência, a superação das desigualdades exige não apenas acesso à educação, mas também transformação das estruturas sociais e econômicas que sustentam a discriminação (Dzeco; Buque, 2024, p. 12).

Mapelane (2025) contribui para esse debate, para ela, a informalidade absorve majoritariamente mulheres, reforçando a precarização e a invisibilidade de seu trabalho:

> Caracterizado pela naturalização da desigualdade de género, por outras palavras, pela aceitação da divisão sexual do trabalho, flexibilização e precarização das relações laborais e pela integração da mulher num mercado de trabalho que conjuga a "qualificação de género" da mulher trabalhadora com uma "vocação natural", de "amor materno", como é o caso da profissão de educador(a) de infância, que na nossa sociedade é comumente chamada de titia da creche. (Mapelane, 2025, p. 94).

Aqui, podemos observar que ela dialoga diretamente com o cenário descrito por Dzeco e Buque (2024), em que o mercado informal se apresenta como a principal via de inserção feminina, mas sem garantias de proteção social.

Por fim, o diálogo entre esses autores permite compreender que a divisão social do trabalho, a informalidade e as relações de gênero constituem dimensões interdependentes. Como sintetizam (Piscitelli, 2009; Kergoat, 2003; 2002), a luta contra a desigualdade exige desnaturalizar o gênero como princípio organizador.

6 METODOLOGIA

6.1 ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa será desenvolvida na cidade da Beira, província de Sofala, Moçambique. A escolha da área justifica-se por constituir um dos principais centros urbanos e econômicos do país, caracterizado por elevada participação feminina tanto no setor formal quanto no setor informal da economia. No setor informal, serão privilegiados os mercados de Goto, Maquinino e Boa Vontade, por concentrarem significativa parcela das atividades comerciais desenvolvidas por mulheres. Esses mercados representam importantes espaços de geração de renda, sobrevivência familiar e organização econômica feminina, tornando-se estratégicos para compreender as dinâmicas da informalidade.

6.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por buscar compreender, de forma aprofundada, as experiências, percepções e significados atribuídos pelas mulheres à sua inserção e permanência no mercado de trabalho da cidade da Beira, considerando a divisão entre trabalho formal e informal. Diferentemente da abordagem quantitativa, a pesquisa qualitativa privilegia a compreensão dos fenômenos sociais em seus contextos naturais,

permitindo interpretar as práticas, os discursos e as relações sociais construídas pelos próprios sujeitos investigados. Nesse sentido, a escolha dessa abordagem justifica-se pela natureza do problema de investigação, uma vez que o estudo pretende compreender como as mulheres vivenciam os processos de inserção, permanência e exclusão no mercado de trabalho, considerando fatores econômicos, sociais, culturais e institucionais.

6.3 TIPO DE PESQUISA

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória. A pesquisa exploratória permitirá ampliar o conhecimento sobre a divisão social do trabalho e a informalidade feminina na cidade da Beira, tema ainda pouco explorado em estudos locais. Simultaneamente, o caráter descritivo possibilitará caracterizar os principais setores de ocupação feminina, as condições de trabalho e os fatores que influenciam a inserção das mulheres no mercado laboral (Gil, 2019).

Quanto aos procedimentos técnicos, a investigação será desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica permitirá construir o referencial teórico acerca da divisão social e sexual do trabalho, informalidade, mercado de trabalho e autonomia econômica das mulheres, dialogando com estudos nacionais e internacionais. Conforme Gil (2019), a pesquisa bibliográfica possibilita conhecer e analisar as contribuições científicas já produzidas sobre determinado tema, constituindo base essencial para a interpretação dos dados empíricos. E a pesquisa de campo possibilitará o contato direto com as participantes, permitindo compreender suas experiências concretas no contexto socioeconômico da cidade da Beira (Lakatos; Marconi, 2021).

6.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do estudo será composta por mulheres inseridas nos setores formal e informal do mercado de trabalho da cidade da Beira, além de atores institucionais que possuem conhecimento sobre as dinâmicas da inserção laboral feminina. A seleção dos participantes será realizada por amostragem intencional, técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas por permitir a escolha de participantes que detenham experiências relevantes para responder ao problema de investigação (Minayo, 2014).

Serão entrevistados:

- 6 mulheres inseridas no setor formal (professoras);
- 10 mulheres atuantes no setor informal (comerciantes dos mercados de Goto, Maquinino e Boa Vontade);
- 2 líderes comunitários;
- representantes de organizações não governamentais (ONGs) que desenvolvem ações relacionadas à promoção da igualdade de gênero, empreendedorismo feminino ou inclusão econômica.

O número de participantes sera definido considerando os princípios da saturação teórica, segundo os quais a coleta de dados pode ser encerrada quando novas entrevistas deixam de acrescentar informações relevantes às categorias analíticas da pesquisa.

Critérios de inclusão

- Serão incluídas na pesquisa mulheres que:
- tenham idade igual ou superior a 21 anos;
- residam na cidade da Beira;
- exerçam atividade econômica formal ou informal há pelo menos um ano;
- aceitem participar voluntariamente da investigação mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para líderes comunitários e representantes das ONGs, será considerado como critério possuir atuação direta em iniciativas relacionadas ao trabalho feminino, desenvolvimento comunitário ou promoção da igualdade de gênero.

6.5 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, por permitirem explorar em profundidade as experiências das participantes, mantendo simultaneamente um roteiro previamente elaborado em consonância com os objetivos da pesquisa. Segundo Gil (2019), a entrevista constitui uma das principais técnicas de obtenção de dados em pesquisas sociais, permitindo captar opiniões, valores, experiências e interpretações

dos participantes. Lakatos e Marconi (2021) acrescentam que essa técnica possibilita flexibilidade ao pesquisador para aprofundar aspectos relevantes surgidos durante a interação.

As entrevistas ocorrerão de duas formas:

- Online, com professoras e empresárias, considerando sua disponibilidade e facilidade de acesso às plataformas digitais;
- Presencial, com as trabalhadoras informais, nos mercados selecionados, favorecendo maior aproximação com sua realidade cotidiana e permitindo observar aspectos do ambiente de trabalho.

As entrevistas serão realizadas por uma estudante universitária residente na cidade da Beira, previamente treinada pela pesquisadora quanto aos objetivos do estudo, procedimentos metodológicos, técnicas de entrevista e princípios éticos da investigação científica.

6.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos nas entrevistas serão submetidos à Análise de Conteúdo. Essa técnica permitirá organizar e interpretar sistematicamente os discursos das participantes, transformando os relatos em categorias analíticas relacionadas aos objetivos da investigação. A análise seguirá três etapas principais:

- pré-análise, envolvendo organização e leitura do material;
- exploração do material, mediante codificação e categorização temática;
- tratamento dos resultados, interpretação e inferência, articulando os dados empíricos com o referencial teórico.

A análise de conteúdo possibilita revelar significados explícitos e implícitos presentes nos discursos, contribuindo para uma interpretação rigorosa dos fenômenos sociais.

6.7 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A pesquisa observará os princípios éticos aplicáveis às investigações envolvendo seres humanos, assegurando respeito à dignidade, autonomia, confidencialidade, anonimato e livre participação das entrevistadas. Todas as participantes serão previamente esclarecidas sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos, os possíveis riscos e benefícios, sendo sua participação condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Embora a pesquisa seja realizada em Moçambique, a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Brasil será utilizada como referência internacional para orientar os procedimentos éticos voltados às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, sobretudo no que se refere à proteção dos participantes e à garantia dos direitos fundamentais (Brasil, 2016). Além disso, serão respeitados os princípios internacionais de ética em pesquisa científica, especialmente aqueles relacionados ao consentimento informado, à privacidade e à confidencialidade dos dados (World Medical Association, 2013).

7 CRONOGRAMA

Este é o cronograma que será aplicado durante a realização da pesquisa.

Semestre	Mês	Atividades
TCC I – Fundamentação e projeto	1-2	Levantamento bibliográfico
	2-3	Construção do referencial teórico
	3-4	Construção do roteiro de entrevistas
	4	Submissão aos procedimentos éticos
TCC II – Produção de dados	5	Seleção dos(as) participantes
	6	Contato com participantes
	7	Realização das entrevistas
	8	Organização do corpus documental
TCC III – Análise e redação	9-10	Análise dos dados
	10-11	Escrita dos capítulos analíticos
	11	Revisão final do texto
	12	Entrega e defesa

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ilídio de. **Beira, cidade e porto do Índico**. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, v. 4, 1969. Disponível em: https://www.africabib.org/. Acesso em: 10 jun. 2026.

BANCO MUNDIAL. **Mozambique economic update: building resilience through inclusive growth**. Washington, DC: World Bank, 2023.

BATONE, Domingos Carlos. Mercado de trabalho em contexto de pobreza urbana: o caso da cidade de Lichinga, Moçambique. *Espaço e Economia*, n. 19, 2020. Disponível em: https://journals.openedition.org/. Acesso em: 12 jun. 2026.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BISCHLER, Jana; EGGER, Eva-Maria; JASPER, Paul; MANHIQUE, Ivan. **Determinantes das disparidades entre géneros no emprego dos jovens urbanos em Moçambique**. Helsinki: UNU-WIDER, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 maio 2016.

CHEN, Martha Alter. **The informal economy: definitions, theories and policies**. Manchester: WIEGO, 2012. (WIEGO Working Paper, n. 1).

DZECO, Tomás Ernesto; BUQUE, Domingos. Entre a escola e a casa: intersecções entre educação, trabalho e relações de gênero no contexto moçambicano. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v. 7, n. 2, p. 1-15, 2026.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003. Acesso em: 14 jun. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Anuário Estatístico de Moçambique 2023**. Maputo: INE, 2023.

KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. *Pro-Posições*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 47-59, jan./abr. 2002.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (org.). **Trabalho e**

cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-63.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MAPELANE, Lénia. **Análise das representações sociais sobre as relações de género no trabalho: estudo de caso dos docentes da FACED-UEM na cidade de Maputo**. 2025. 227 f. Tese (Doutoramento em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2025. Disponível em: http://www.repositorio.uem.mz/. Acesso em: 14 jun. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **The Sustainable Development Goals Report 2024**. New York: United Nations, 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **World Employment and Social Outlook: Trends 2023**. Geneva: International Labour Office, 2023.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (org.). **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.

WORLD MEDICAL ASSOCIATION. Declaration of Helsinki: ethical principles for medical research involving human subjects. *JAMA*, Chicago, v. 310, n. 20, p. 2191-2194, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1001/jama.2013.281053. Acesso em: 14 jun. 2026.